

5.2.4. Unidades de Conservação

Este item apresenta dados relativos ao levantamento e diagnóstico das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, existentes na área de estudo e relevantes para a zona costeira e marinha. Este diagnóstico foi baseado no Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil (MMA/UFRJ/ FUJB/LAGET, 1996), nas informações obtidas junto ao Banco de Dados Tropicais - BDT (Pereira, 2000) e na home-page do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Atualmente, localizam-se na zona costeira brasileira cerca de 290 unidades de conservação, ou seja, aproximadamente 21.028.332 hectares sob proteção da legislação. Dados do MMA mostram que cerca de 8% do território brasileiro está sob alguma forma de proteção ambiental (Pereira, 2000). Dentre os problemas que prejudicam a manutenção e fiscalização dessas áreas, destacam-se a escassez de recursos humanos e a falta de regularização fundiária, principalmente por se tratar, muitas vezes, de áreas valorizadas do litoral, de elevado valor imobiliário (MMA/UFRJ/ FUJB/LAGET, 1996).

O IBAMA criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que engloba as áreas naturais protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais), visando viabilizar os objetivos nacionais de conservação. Os principais objetivos do SNUC são a manutenção da biodiversidade, a proteção de espécies ameaçadas de extinção, a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e o estímulo ao desenvolvimento regional integrado com base nas práticas de conservação, dentre outros (IBAMA, 2000).

Além das Unidades de Conservação da zona costeira, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar, visa minimizar a progressiva deterioração do meio ambiente ao longo do litoral brasileiro. Este programa foi instituído pela Lei 7.661 de 16/05/88, tendo como objetivo principal estabelecer parâmetros técnicos e instrumentos que orientem o uso e a ocupação da Zona Costeira de um modo ecologicamente viável.

A região sudeste é a mais industrializada e povoada do Brasil. As altas taxas demográficas e os processos de urbanização e industrialização cada vez mais acelerados acarretam fortes impactos antrópicos em seus ecossistemas costeiros e oceânicos. Porém, a região já apresenta um grande número de Unidades de Conservação, principalmente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. As unidades federais são administradas pelo IBAMA; já as estaduais e municipais estão sob a responsabilidade das Secretarias do Meio Ambiente de cada estado e município, respectivamente.

As unidades diagnosticadas são aquelas localizadas em ilhas oceânicas ou costeiras, e as áreas e parques protegidos no continente que visam à conservação e proteção de ecossistemas costeiros como estuários, restingas, manguezais, praias, dunas, costões rochosos, recifes de coral, baías e ambientes lagunares, garantindo a conservação de sua biodiversidade.

A região costeira apresenta importantes áreas para criação, crescimento, alimentação e reprodução de um grande número de espécies da fauna e da flora, principalmente aves, peixes, tartarugas marinhas, cetáceos, macroalgas e corais. Entretanto, estas unidades distribuem-se heterogeneamente na zona costeira, sendo poucas exclusivamente marinhas (Pereira, 2000).

As unidades descritas a seguir incluem as seguintes categorias: Parque Nacional, Parque Ecológico Estadual, Parque Municipal, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Estação Ecológica, Área Natural Tombada, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental e Área de Proteção Permanente. Localizam-se na região compreendida entre os municípios de Niterói (RJ) e Vitória (ES). A Figura 5.2.4-a, apresentada a seguir, mostra a localização das unidades de conservação federais e estaduais da área de estudo.

5.2.4.1. Estado do Rio de Janeiro

Aproximadamente 12% do território fluminense é coberto por áreas protegidas legalmente, sendo o estado que apresenta maior percentual do território protegido. Entretanto, esse número pode ser consideravelmente maior, devido à escassez de informações sobre as respectivas Unidades de Conservação. Deste total, 5,5% correspondem a unidades federais, 5% a estaduais e o restante, a municipais (Pereira, 2000).

a. Parques

- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Compreendido entre os municípios de Macaé, Quissamã e Carapebus. Apresenta área de 14.860 ha onde são preservadas restingas, que abrigam 20 corpos lênticos, enquadrados dentro da definição de lagoas costeiras (Esteves, 1998). Sua gestão é desempenhada pela União, não possuindo plano de manejo.
- Parque Estadual da Serra da Tiririca. Localiza-se nos municípios de Maricá e Niterói, protegendo áreas de praia e costões rochosos. Sua área possui cerca de 2.400 ha. Apresenta o plano de manejo em fase de elaboração. Na região, são desenvolvidos projetos de pesquisas por universidades federais.
- Parque Municipal de Cabo Frio. Protege cerca de 1.267 ha de áreas de restinga do município de Cabo Frio, sendo administrado pelo órgão municipal.

Figura 5.2.4-a. Mapa com a localização das Unidades de Conservação

b. Áreas de Proteção Ambiental (APA)

- Área de Proteção Ambiental Lagoa de Piratininga/Itaipu. Esta APA pertence ao município de Piratininga, apresentando 7.000 ha de área preservada de lagunas costeiras.
- Área de Proteção Ambiental de Massambaba. Abrange os municípios de Arraial do Cabo e Saquarema, apresentando uma área de 13.300 ha de praias e restingas. Não possui plano de manejo, sendo administrada pelo órgão estadual.
- Área de Proteção Ambiental de Maricá. Localizada no município de Maricá, esta APA possui 1.000 ha de restinga e manguezais preservados. Sua administração compete ao Estado, não possuindo plano de manejo.
- Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana. Foi criada para proteger as ilhas do município de Macaé, litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Sua administração é municipal, não possuindo plano de manejo.

c. Áreas Naturais Tombadas

- Área Natural Tombada Canto Sul da Praia de Itaipu, Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe. Localiza-se no município de Niterói, sendo administrada pelo estado do Rio de Janeiro. Preserva áreas de costões rochosos, praias e ilhas.
- Área Natural Tombada Dunas do Cabo. Foi criada em 1985 visando à preservação das dunas de Arraial do Cabo. É administrada pelo estado.
- Área Natural Tombada Foz do Rio Paraíba do Sul e seu Manguezal, Ilha da Convivência, Complexo Mesográfico. Localizada no município de São João da Barra, é administrada pelo estado, abrangendo importantes áreas de manguezais.

d. Reservas Biológicas

- Reserva Biológica das Orquídeas. Localizada no Município de Arraial do Cabo (Região dos Lagos), apresenta como órgão gestor o município, não apresentando, porém, plano de manejo. Visa à conservação de áreas de restinga do município.
- Reserva Biológica da Lagoa Salgada. Sua administração compete ao Município de Arraial do Cabo, onde se localiza. Visa à proteção de áreas de restinga e lagunas.
- Reserva Biológica do Brejo Jardim. Também em Arraial do Cabo, preserva áreas de restinga.

- Reserva Biológica do Brejo do Espinho. Esta reserva visa à conservação de áreas de restinga localizadas no município de Arraial do Cabo.
- Reserva Biológica da Ilha do Cabo Frio. Localizada em Arraial do Cabo, conserva 700 ha de áreas de praia e costões rochosos da Ilha de Cabo Frio, também conhecida como Ilha do Farol. É vedada à visitação, sendo a autorização ao desembarque concedida pela Marinha. Não existe plano de manejo, sendo administrada pelo órgão municipal. Abriga grande número de aves marinhas e um grande banco de macroalgas (*Sargassum* spp.).

e. Reservas Extrativistas

- Reserva Extrativista de Arraial do Cabo. Localizada na região costeira do município de Arraial do Cabo, apresenta 56.769 ha preservados do ambiente marinho. Seu plano de manejo foi elaborado em 1999, sendo administrado pela União. Foi criada em janeiro de 1997, através de uma solicitação da comunidade local para a implementação de uma reserva extrativista em uma área onde a atividade pesqueira é intensa, favorecida pelo fenômeno da ressurgência.

f. Reservas Ecológicas

- Reserva Ecológica de Massambaba. Localiza-se no município de Araruama, com uma área total de 1.680 ha de restingas e praias preservadas. Não possui plano de manejo e sua gestão compete ao estado.
- Reserva Ecológica de Jacarepiá. Esta reserva preserva áreas de restingas no município de Saquarema. Não possui plano de manejo, sendo administrada pelo município.

5.2.4.2. Estado do Espírito Santo

Apenas 2,1% do território capixaba é protegido legalmente pela criação de Unidades de Conservação. Deste total, 1,0% corresponde às Unidades federais, 0,92% às estaduais e os 0,18% às municipais (Pereira, 1999).

a. Parques

- Parque Estadual da Fonte Grande. Abrange uma área de 217 ha, protegendo os últimos remanescentes da Mata Atlântica que recobriam a Ilha de Vitória. Localiza-se no centro da ilha, contribuindo para a proteção das encostas que circundam a cidade.
- Parque Estadual Paulo Cesar Vinha. Abrange uma área de 1.500 ha de lagunas e restingas. Sua gestão compete ao estado e seu plano de manejo está em elaboração.
- Parque Municipal de Guarapari-Morro da Pescaria. Localizado no município de Guarapari, este parque abrange áreas de restinga.
- Parque Municipal do Morro da Manteigueira. Compreende uma área de 140 ha no município de Vila Velha. Já possui plano de manejo.
- Parque Ecológico Morro do Penedo. Com uma área pequena (19 ha), localiza-se no município de Vila Velha, protegendo áreas de restingas. É administrada pelo município.
- Parque Ecológico de Jabaeté. Localiza-se no município de Vila velha, abrangendo uma área de 244 ha. Visa à proteção de lagunas costeiras e restingas. É administrada pelo Município de Vila Velha.

b. Áreas de Proteção Ambiental (APA)

- Área de Proteção Ambiental de Guanandy. Localizada entre os municípios de Piúma e Itapemirim, possui uma área de 5.242 ha, que visa à preservação de lagunas costeiras e restingas. Não possui plano de manejo, sendo administrada pelo estado.
- Área de Proteção Ambiental das Três Ilhas. Abrange uma área de 12.960 ha, localizando-se no município de Guarapari. Protege áreas marinhas importantes, além de restingas. Seu plano de manejo teve início em 1999, e o órgão gestor é o município.
- Área de Proteção Ambiental Ilha de Depiá. Localizada no município de Guarapari, esta APA protege importantes áreas marinhas, sendo administrada pelo Estado do Espírito Santo.
- Área de Proteção Ambiental Lagoa do Cocal. Esta APA localiza-se no município de Vila Velha, possuindo uma área de apenas 2,5 ha, onde são preservados ecossistemas lagunares. É administrada pelo Município de Vila Velha.
- Área de Proteção Ambiental Praia Mole. Inserida no município de Serra, esta APA possui 400 ha, onde são protegidos ambientes de praia. É importante ressaltar que o

município de Serra apresenta cerca de 38% das áreas de restinga sendo degradadas pela atividade madeireira.

c. Áreas de Proteção Permanentes (APP)

- Área de Proteção Permanente Morro das Conchas. Esta pequena UC de 5 ha localiza-se no município de Vila Velha, apresentando áreas de restinga, cuja gestão é estadual.
- Área de Preservação Permanente Lagoa Grande. Também localizada em Vila Velha, possui apenas 4,3 ha de ambientes lagunares, sendo administrada pelo Município. Não possui plano de manejo.

d. Áreas Naturais Tombadas

- Área Natural Tombada Morro do Cruzeiro. Localizada na costa da cidade de Guarapari, foi criada em 1982.
- Área Natural Tombada Estação Ecológica do Manguezal de Anchieta.
- Área Natural Tombada Ilha do Gamboa. Criada em 1986, com destino ao turismo e lazer.
- Área Natural Tombada Cadeia de Ilhas. Criada em 1990, inclui a Ilha do Meio (ou Ilha das Cabritas) e a Ilha de Fora (ou Ilha dos Franceses), localizadas na costa do município de Piúma.

e. Reservas Ecológicas

- Reserva Ecológica de Jacarenema. Localizada no município de Vila Velha, esta reserva apresenta 307 ha de restinga, sendo administrada pelo Estado do Espírito Santo. Não possui plano de manejo.
- Reserva Ecológica Municipal Morro da Gameleira. Possui área de 29.534 ha, localizando-se no município de Vitória. Visa proteger áreas de restinga.
- Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi. De área restrita (0,6 ha), esta reserva visa à proteção de áreas de restingas, tendo como órgão gestor o município de Vitória.
- Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi. Localizada no município de Vitória, possui cerca de 12,5 ha de restingas, sendo administrada pelo órgão municipal. Um monitoramento da avifauna da restinga, realizado em 1997, demonstrou a existência de 41 espécies de aves no local, sendo algumas raras. As espécies de maior

abundância e de maior número são as seguintes: siriri, bem-te-vi, relógio, cucurutado, andorinha, cambucaia, caga-sebo, saíra azul, sanhaço, tiziu, coleiro, pardal, bomberim, pombo-de-asa-branca, rolinha, rolinha branca, anu preto, beija-flor-tesourão e beija-flor.

e. Estações Ecológicas (EE)

- Estação Ecológica Municipal Papagaio. Inserida no município de Anchieta, abrange uma área de 4.567 ha, onde se localizam importantes bosques de manguezais. Sua administração compete ao Município.
- Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão. Localizada no município de Vitória, esta EE visa proteger áreas do ecossistema manguezal, que recobre 92,66% da estação ecológica, abrigando basicamente três espécies: *Rhizophora mangle*, *Languncularia racemosa* e *Avicennia schaueriana*. Segundo informações da prefeitura de Vitória, esta EE possui 8.918.350 m², sendo usada por pescadores e catadores de mariscos, ocorrendo, eventualmente, retirada da casca de *Rhizophora mangle* para extração do tanino, utilizado para o tingimento das panelas de barro durante sua fabricação.

O Quadro 5.2.4-a, a seguir, apresenta uma síntese das Unidades da Conservação que apresentam espécies marinhas protegidas.

Quadro 5.2.4-a. Levantamento das espécies protegidas nas unidades de conservação da zona costeira e marinha.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ESPÉCIES PROTEGIDAS					
	UF	EL	GPP	AV	AG	MA
Área de Proteção Ambiental de Maricá	RJ					X
Reserva Extrativista Arraial do Cabo	RJ	X				
Reserva Biológica da Ilha do Cabo Frio	RJ		X	X	X	
Área Natural Tombada Foz do Rio Paraíba do Sul e seu Manguezal, Ilha do Convivência, Complexo Mesográfico	RJ					X
Área de Proteção Ambiental Ilha de Depiá	ES	X				
Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão	ES					X
Estação Ecológica Municipal Papagaio	ES					X
Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi	ES			X		

Legenda: EL= Elasmobrânquios; GPP= grandes peixes pelágicos; Av= aves, AG= algas, MA= Manguezais. Fonte: Antas, (1992), Hazin *et al.* (1999), Lessa *et al.* (1999), Oliveira, *et al.* (1999), Sanches (1999), Zerbini *et al.* (1999). Adaptado de Pereira (2000).